

Protração do passado no presente: vidas negras *queers* também importam

Protraction of the past in the presente: queers black lives also matter

Allan Kardec Silva Pereira¹

Resumo

Inicialmente, discutiremos como movimentos co-liderados em sua maioria por jovens mulheres *queers* como o *Black Lives Matter* e o *#SAYHERNAME* enfocam a questão da “violência do estado”, pautando suas demandas para além dos discursos do direito, questionando a narrativa homonacionalista e *colorblindness*. Em seguida, a partir de uma leitura afropessimista, enfocaremos casos de brutalidade policial envolvendo mulheres trans negras. Dessa forma, por fim, estabeleceremos uma interpretação em que tais cenas de sujeição e terror racial são intensidades temporais que estruturam a subjetividade e as chances de vida que tem “marcado” os negros – ainda mais quando *queers* – desde a escravidão.

Palavras-chave: negritude; violência; temporalidade.

Abstract

Initially, we will discuss how co-led movements mostly by young women *queers* like *Black Lives Matter* and *#SAYHERNAME* focus on the issue of “state violence”, guiding his demands beyond the right speeches, questioning homonationalist narrative and *colorblindness*. Then, from an afro-pessimistic reading, we will focus on cases of police brutality involving black trans women. In this way, we will finally establish an interpretation in which such scenes of subjection and racial terror are temporal intensities that structure the subjectivity and the chances of life that have “marked” the blacks - even more when *queers* - since slavery.

Keywords: blackness; violence; temporality.

Nossos futuros coletivos dependem disso. Até que digamos os nomes e contemos as histórias de toda a comunidade negra, não podemos verdadeiramente reivindicar lutar por todas as vidas negras.

(Alicia Garza, *A Herstory of the #BlackLivesMatter Movement*).

Introdução

Recentemente, houve uma inegável mudança no que diz respeito à visibilidade social, cultural e política *queer*² no espaço público dos Estados Unidos. Cada vez mais,

¹ Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, agência de fomento CAPES.

filmes e programas de televisão apresentam personagens abertamente *queers*, que são celebrados por grandes públicos e alcançam tanto sucesso comercial quanto prêmios importantes da indústria. O casamento entre pessoas do mesmo sexo emergiu como a mais importante causa de direitos civis para organizações poderosas, como a *Human Rights Campaign*. O fim da política “*Don’t ask, don’t tell*” das forças armadas agora permite que homens e mulheres LGBTQ+ atuem abertamente. Ao mesmo tempo, mercados multibilionários destinados a turistas *queers* estão aumentando rapidamente. Para muitos, essa expressividade *queer* na esfera pública fornece evidência de visibilidade, igualdade e verdadeiro *progresso* social e político. Ainda assim, tensionando os limites da crença de que viveríamos um novíssimo tempo de plena tolerância, na última década, ativistas e acadêmicos tem procurado abordar tais mudanças não como evidência de progresso, mas como respostas diretamente ligadas a uma marca autoritária e dominante de políticas neoliberais. Lisa Duggan, considerou essas movimentações como uma

nova homonormatividade - uma política que não contesta premissas e instituições heteronormativas dominantes, mas as defende e sustenta, enquanto promete a possibilidade de um eleitorado gay desmobilizado e uma cultura gay privatizada e despolitizada ancorada na domesticidade e no consumo (DUGGAN, 2003, p. 50).

Para Elena Kiesling (2017, p. 4), enquanto um segmento em sua maioria branco de classe média do feminismo e de *queers* caminhava rumo ao progresso, a *queerness*³ negra, em sua maior parte, continuava sendo uma nota secundária, marginalizada com relação aos principais atores culturais, sociais e políticos tanto da *queerness*, quanto da negritude.

Esse processo de exclusão e esquecimento não é recente, todavia. De fato, por mais que personagens negros e negras *queer* tivessem contribuído de forma considerável

² Devido à frequência que apareceu em textos próprios do *Black Lives Matter* e de grande parte de nossos referenciais teóricos, decidimos utilizar o termo *queer* e suas variantes. Tendo sido por um bom tempo empregado como ofensa a pessoas LGBTQ+, o termo *queer* (que no sentido literal significaria *estranho*) foi reapropriado de forma a designar aqueles que não se encaixam na imposição compulsória da heterossexualidade e da cisgeneridade.

³ Optou-se por manter a palavra em inglês já que não há em português um termo que garanta o sentido do vocábulo.

para a cultura e a sociedade dos EUA, a *queerness* negra não se tornou parte da memória coletiva da nação. Indiscutivelmente um dos períodos literários mais influentes, o *Harlem Renaissance*, foi significativamente moldado por artistas *queer* negros como Countee Cullen, Claude McKay, Langston Hughes e Richard Bruce Nugent. Esses escritores e escritoras, além de outros artistas formaram a estética cultural da década de 1920, apesar de ou por causa de suas vidas negras abertamente e secretamente *queers*, numa época em que nem o *queer* nem a negritude eram abraçadas pela sociedade. Décadas mais tarde, na década de 1960, Bayard Rustin, um ativista negro do Direitos Civis abertamente gay, estava na vanguarda do movimento, enquanto outros ativistas dos direitos civis *queer*, como Pauli Murray, passaram despercebidos.

Em seu livro *Safe Space: Gay Neighborhood History and The Politics of Violence*, Christina Hanhardt (2013) situa essas complexidades do ativismo *queer*, desde os primeiros movimentos homófilos, passando pela liberação gay nos anos 1960-70, até os dias atuais. Ela argumenta que o foco crescente na segurança e visibilidade no ativismo *queer* levou à construção de uma identidade e uma comunidade *queer* branca que se posicionou contra pessoas de cor, que foram vistas como os autores mais comuns de violência contra os *queers* e não as vítimas da violência.

Trilhando caminho semelhante, David Eng analisa três decisões da Suprema Corte dos EUA, *Lawrence vs Texas* (2003), *Brown vs Board of Education* (1954) e *Loving vs Virginia* (1967), para definir o que ele considera o “liberalismo *queer*”:

Ativistas gays e lésbicas norte-americanos, claramente marcados pela branquitude, configuram o liberalismo *queer* como um projeto político no presente enquanto consignam o racismo como um projeto político do passado [...] Em outras palavras, o liberalismo *queer* caminha junto com a lógica *colorblindness*⁴ que considera o projeto racial historicamente ‘completo’” (ENG, 2010, p. 17).

⁴ Trata-se de uma ideologia racial que, na esteira do avanço da agenda neoliberal, ganhou força nos anos 1970. Parte de uma concepção que vê o racismo como uma chaga relegada ao passado em que negros eram linchados em público, algo que atualmente apenas membros de organizações brancas supremacistas, ousam se identificar. Por fim, essa “cegueira a cores/daltonismo” (numa aproximação de uma tradução literal) entende que a raça não é mais fator central a determinar as oportunidades de vida das minorias.

Elena Kiesling (2017, p. 8-9) argumenta que a criminalização da *queerness*, especialmente durante a negligência governamental das vítimas do HIV/AIDS na década de 1980, deu lugar a uma crescente integração desses sujeitos em uma posição hegemônica dentro do Estado-nação. Por seu turno, a leitura do “homonacionalismo” realizada por Jasbir Puar (2015) nota como essa “aceitação” e “tolerância” relativamente a sujeitos *queers* é usada como barômetro de avaliação da legitimidade e capacidade para a soberania nacional. Em suas palavras:

Posto de uma forma simples, o homonacionalismo corresponde à ascensão em simultâneo do reconhecimento legal, de consumidor e representativo dos sujeitos LGBTQ, e à restrição das prestações sociais, dos direitos dos imigrantes e da expansão do poder do Estado nas tarefas de supervisão, detenção e deportação (PUAR, 2015, p. 299).

Nessa política do tempo do homonacionalismo, percebemos como o corpo negro, relegado ao espaço do atraso, permanece sendo considerado como habitualmente criminoso, enquanto alguns corpos *queer* se movem para o reino da cidadania. Como recorda Michelle Alexander:

A confusão da negritude com o crime não ocorreu naturalmente. Ela foi construída pelas elites políticas e midiáticas como parte de um amplo projeto conhecido como Guerra às Drogas. Essa confusão serviu para fornecer uma porta de saída legítima para a expressão do ressentimento e do *animus* antinegros – uma válvula de escape conveniente agora que as formas explícitas de preconceito racial estão estritamente condenadas. Na era da neutralidade racial, já não é permitido odiar negros, mas podemos odiar criminosos. (ALEXANDER, 2017, p. 282).

Como parte de uma recente reação a essa criminalização, as recentes mortes de jovens negros em abordagens policiais, amplamente registrado em vídeos de celular, câmeras de segurança conseguiram ser massivamente divulgadas, chamando a atenção pública. No entanto, este arquivo sempre crescente da morte negra tem produzido constantemente um resultado em que raramente alguém chega a ser condenado por esses crimes. Ao mesmo tempo, quando pensamos exemplos de brutalidade policial nos EUA, o assassinato de negros e negras *queers* não tem alcançado o mesmo grau de comoção, protesto e circulação no debate público. A falha em destacar e cobrar

responsabilidade diante de diversos encontros fatais entre negros e negras *queers*, como Tanisha McBride, Mya Hall, Kayla Moore, Duanna Johnson, acaba servindo como uma forma de apagamento desses sujeitos, um modo de os manter tais sujeitos propícios à contínua vulnerabilidade da violência policial racializada.

De fato, esse impasse foi ainda mais significativo no momento da posse de Donald Trump, presidente eleito, em grande parte, atizando o ressentimento conservador, homofóbico e racista de determinado eleitorado branco. Era possível notar a disputa de duas narrativas sobre o ativismo anti-Trump naquele momento. Em um relato, mulheres e setores *queer* de classe média estariam na vanguarda da resistência, organizando a *Women's March*, congregando milhares nas ruas de todas as grandes cidades norte-americanas com a promessa de se opor a qualquer coisa que o presidente esperava alcançar. Muitas dessas pessoas, novatas no ativismo, ao chegar em casa após a marcha, fixaram símbolos políticos em seus gramados suburbanos pela primeira vez. Em outro relato, as mulheres e *queers* que protestavam na *Women's March* eram retardatários que haviam chegado tarde ao ativismo. Esses grupos não teriam se dado ao trabalho de participar de manifestações contra a violência policial – especialmente quando as vítimas eram negros e negras *queers* – na era Obama, mas finalmente estavam se voltando para a justiça social, agora que se sentiam pessoalmente ameaçados por um presidente que nunca pensaram que seria eleito.

Diante de tais condições, inicialmente, discutiremos de que forma movimentos co-liderados – de forma descentralizada por meio de mídias sociais – em sua maioria por jovens mulheres *queers*, como o *Black Lives Matter* e o *#SAYHERNAME*, enfocam a questão da “violência do estado”, pautando suas demandas para além dos discursos do direito, questionando a narrativa homonacionalista e *colorblindness*. Em seguida, a partir de uma leitura afro-pessimista, enfocaremos casos de brutalidade policial envolvendo mulheres trans negras. Dessa forma, por fim, estabeleceremos uma interpretação em que tais cenas de sujeição e terror racial são intensidades temporais que estruturam a subjetividade e as chances de vida que tem “marcado” os negros – ainda mais os *queers* negros – desde a escravidão.

Black Lives Matter e #SayHerName: reclamando vidas esquecidas pelo ativismo

Quando pensamos os tradicionais movimentos por justiça racial nos Estados Unidos, percebemos como foi por eles montado uma estrutura de ativismo contra a violência policial e o racismo estrutural que terminava por centralizar figuras masculinas e heterossexuais. Mulheres e *queers* negros que passavam por quadros de perfilamento racial, agressões físicas, sexuais e morte por agentes da lei, raramente eram tomados como exemplos a se lutar por justiça.

Diante desse quadro, é interessante notar a reação das três mulheres negras *queer* co-fundadoras da *hashtag* #BlackLivesMatter⁵ – Patrisse Cullors, Opal Tometi e Alicia Garza. Para elas, acima de tudo, era importante trazer ao primeiro plano do ativismo a sobreposição de opressões que *todos* os negros enfrentam. Para o movimento *Black Lives Matter*, a incapacidade em reunir essas histórias demonstraria uma falha mais ampla em exigir responsabilidade por todas as vidas negras violentadas pelo Estado. De fato, a percepção corrente era de que as famílias de *queers* negros mortos por violência policial não seriam regularmente escaladas para falar em atos públicos, além de não receberem o mesmo nível de apoio comunitário ou atenção de políticos e da mídia. Quem, então, iria lamentar aquelas vidas? Vidas *queer* negras, afinal, também importam?

Ao expandir o entendimento desses modos de dano e, ao mesmo tempo, defender que o *Black Lives Matter* não deve reduzir-se tão somente a combater a brutalidade policial, Alicia Garza nota que:

Quando dizemos Black Lives Matter, estamos falando sobre as formas pelas quais o Povo negro tem sido privado de nossos direitos humanos básicos e dignidade. É um reconhecimento que a Pobreza negra e o genocídio são a violência do estado. É um reconhecimento de que 1 milhão de negros estarem presos em jaulas neste país - metade de todas as pessoas em prisões ou cadeias - é um ato de violência do Estado. É um reconhecimento de que as mulheres

⁵ O *Black Lives Matter* [Vidas Negras Importam] é um movimento social norte-americano, que surgiu através de *hashtags* com ampla divulgação na Internet após episódios de violência policial contra jovens negros no ano de 2013. Atualmente, seus ativistas organizam protestos em torno da morte de negros advindas da brutalidade policial, o racismo do sistema prisional americano, justiça histórico reparativa, além de questões mais amplas que envolvem outros grupos precarizados em escala global.

negras continuam a suportar o fardo de um ataque implacável aos nossos filhos e às nossas famílias, e esse ataque é um ato de violência do Estado. Pessoas negras *queer* e trans carregam uma carga única em uma sociedade heteropatriarcal que nos descarta como lixo e ao mesmo tempo nos fetichiza e lucra com a violência do Estado; o fato de 500.000 negros nos Estados Unidos serem imigrantes indocumentados e relegados às sombras é a violência do Estado; o fato de as meninas negras serem usadas como negociantes de fichas durante épocas de conflito e guerra é a violência do Estado; companheiros negros que vivem com deficiências e habilidades diferentes carregando o fardo das experiências darwinianas patrocinadas pelo Estado, que tentam nos espremer em caixas de normalidade definidas pela supremacia branca, é a violência do Estado. E o fato é que as vidas dos negros - não TODAS as pessoas - existir dentro dessas condições é consequência da violência do Estado. (GARZA, 2014, s/p)

O foco na “violência do Estado” empregado por Garza faz como que a análise não caminhe para uma abordagem convencional que reduziria o racismo às intenções e ações privadas dos indivíduos envolvidos - como sustenta a narrativa *colorblindness*. Reclamar que a violência anti-negra é uma “violência do Estado” exige mais do que a remoção de um oficial em particular ou punições a um determinado departamento de polícia, mas chama a atenção para as forças sistêmicas que permitem que os indivíduos ajam com impunidade.

Fixar a brutalidade policial em uma rede mais ampla de desigualdade está em grande parte ausente das agendas mais restritas das organizações como a *National Action Network* (NAN) do Rev. Al Sharpton, que se concentraram em abordagens legalistas, mais preocupadas em resolver os detalhes de casos particulares. Importa ao *Black Lives Matter* a defesa de uma visão muito mais estrutural, que exponha como o policiamento dos afro-americanos está diretamente ligado aos níveis mais altos de pobreza e desemprego nas comunidades negras através de redes de taxas e multas e mandados de prisão que prendem os negros em um interminável ciclo de dívidas (TAYLOR, 2016, p. 168).

Diante disso, a intervenção estabelecida pela hashtag *#SayHerName*⁶ procura iluminar as experiências de *todas* as mulheres negras vítimas de violência policial em um

⁶ *#SayHerName* [Fale o Nome Dela] é uma intervenção política que procura alterar a percepção pública de que as vítimas da brutalidade policial e da violência anti-negra são predominantemente masculinas, destacando as formas específicas de gênero nas quais as mulheres negras são desproporcionalmente afetadas por atos fatais de injustiça racial. Em um esforço para criar uma grande presença na mídia social ao

esforço para apoiar uma abordagem inclusiva de gênero à justiça racial. Trata-se de um relatório cujo objetivo central seria chamar a atenção para omissões frequentes nos movimentos ativistas, daí porque seu enfoque em mulheres cis e trans negras que perderam suas vidas para a violência policial. Em resumo, para o *#SayHerName*:

Existem várias razões pelas quais o movimento ressurgente de justiça racial deve priorizar o desenvolvimento de uma lente de gênero inclusivo. Primeiro, incluir mulheres e jovens negras na narrativa amplia o escopo do debate, melhorando nossa compreensão geral da relação estrutural entre comunidades negras e agências de aplicação da lei. A fim de compreender as causas e o escopo total da violência do Estado contra as comunidades negras, devemos considerar e esclarecer todas as maneiras pelas quais os negros nos EUA são rotineiramente alvos de violência estatal. Reconhecer e analisar as conexões entre violência anti-negra contra os homens negros, mulheres, transexuais e pessoas de gênero não-conforme revela realidades sistêmicas que passam despercebidas quando o foco é limitado exclusivamente aos casos de homens não-transexuais negros. A fim de garantir comunidades negras seguras e saudáveis, devemos abordar a violência policial contra as mulheres negras com igual indignação e comprometimento. Terceiro, centralizar as vidas de todos os segmentos de nossas comunidades nos permitirá afastar-nos da ideia de que, para abordar a violência policial, devemos “ajustar” homens negros e policiais ruins. Ir além desses conceitos estreitos é fundamental se quisermos adotar uma estrutura que enfoque as dimensões estruturais complexas que estão realmente em jogo (CRENSHAW & RITCHIE, 2015, p. 5).

Incluir mulheres negras cis e trans nesse discurso, envia uma poderosa advertência de que, de fato, todas as vidas negras são importantes. Se a indignação coletiva é para advertir o Estado de que seus agentes não podem matar homens negros com impunidade, então o silêncio em torno do assassinato de mulheres negras (cis e trans) envia a mensagem de que suas mortes são aceitáveis e não merece repercussão.

Infra-humanidade e violência policial – uma abordagem afro-pessimista

A anti-negritude particulariza ainda mais o sexismo, a homofobia e a transfobia contra pessoas *queers* negras em abordagens policiais. Nos Estados Unidos, com

lado de campanhas de justiça racial existentes, como *#BlackLivesMatter*, o *African American Policy Forum* (AAPF) cunhou a *hashtag* *#SayHerName* em fevereiro de 2015. Podemos dizer que a noção de interseccionalidade de Kimberlé Crenshaw, uma das co-autoras do relatório *SayHerName*, é a referência teórica e ativista central. O documentário “*Say Her Name: the Life and Death of Sandra Bland*” oferece interessantes relatos do modo de atuação e dos propósitos dessa intervenção.

frequência, a polícia pune a não-conformidade sexual ou de gênero - real ou suposta - com a violência física e sexual. Esses atos às vezes são acompanhados por insultos homofóbicos, transfóbicos e/ou misóginos, por meio de afirmações de que se querem “agir como um homem”(sic), eles serão “tratados como homens”(sic). Mulheres transexuais negras e mulheres não-conformes ao gênero também são rotineiramente sujeitas a assédio e abuso verbal transfóbico, abordagens ilegais e degradantes para atribuir gênero com base em características anatômicas. De acordo com a Pesquisa Nacional de Discriminação contra Transgêneros, 38% dos transexuais negros que tiveram interações com a polícia relataram assédio, 14% relataram agressão física e 6% relataram agressão sexual (CRENSHAW & RITCHIE, 2015, p. 22).

A percepção das mulheres trans negras como ameaçadoras e seus corpos como “sobre-humanos” - e, portanto, não suscetíveis à dor ou à vergonha – informam grande parte das interações policiais. Esses medos são frequentemente percebidos como razoáveis, não importando quão vulneráveis ou necessitadas de assistência elas sejam. O fato de muitos desses casos terem sido justificados por representantes oficiais do governo reflete formas únicas de discriminação enfrentadas por *queers* negros. Com demasiada frequência, percepções estereotipadas são amplificadas e reforçadas quando se trata de transgêneros pobres, supostamente envolvidos em atividades criminalizadas (CRENSHAW & RITCHIE, 2015, p. 7)

Essas abordagens abusivas se dão em sua maioria no trânsito. De fato, afro-americanos costumeiramente passam por “perfilamento racial” [*racial profiling*] enquanto dirigem. Sujeitos *queers* negros são comumente detidos, pois pequenas infrações de trânsito servem como pretexto para investigações criminais⁷. Nos piores cenários, a

⁷ Pra ser ter uma ideia da dimensão absurda de como infrações de trânsito são utilizadas, muitas vezes, como forma de acoessar afro-americanos, é interessante mencionar o relatório divulgado pelo Departamento de Justiça dos Estados Unidos (DoJ) sobre a cidade de Ferguson, após a morte do jovem negro Mike Brown, em 2014, em que revelava: “As práticas policiais de Ferguson são moldadas pelo foco da cidade nas receitas, e não nas necessidades de segurança pública” (p. 2) Essa ênfase na geração de receita levou ao policiamento inconstitucional e às práticas irregulares no tribunal municipal, que refletiam e exacerbavam os estereótipos raciais e a discriminação, de onde podemos destacar o perfilamento racial no trânsito. Cf. Department of Justice (DoJ), Investigation of the Ferguson Police Department, United States Department of Justice, Civil Rights Division, 4 March 2015. Disponível em:

percepção ou a realidade de violações de trânsito mais sérias - excesso de velocidade, falha ao estacionar ou dirigir um carro roubado - podem se tornar mortais. Um caso acontecido em 30 de março de 2015 na cidade de Baltimore, Maryland é paradigmático disso.

Mya Hall era uma mulher trans negra morta pela polícia da Agência Nacional de Segurança (NSA) apenas algumas semanas antes do caso de Freddie Gray ganhar as manchetes nacionais. Supostamente dirigindo um carro roubado, ela tomou um caminho errado para a propriedade da NSA e foi morta a tiros por policiais depois que o veículo bateu no portão de segurança e em uma viatura. Nenhum esforço para usar força não letal foi feito, mesmo que não houvesse ameaça à instalação e ninguém no veículo estivesse armado⁸.



Figura - *SayHerName*: Mya Hall. Fonte: <https://www.chicagotribune.com/news/nationworld/chi-nsa-shooting-20150401-story.html>. Acesso: 12 maio 2019.

Nos primeiros momentos, o incidente deixou a região de Washington em alerta, com receio de que pudesse ser terrorismo ou outro tipo de ataque planejado.

https://www.justice.gov/sites/default/files/opa/press-releases/attachments/2015/03/04/ferguson_police_department_report.pdf Acesso em 10 maio de 2019.

⁸Todas as informações sobre o caso Mya foram retiradas de reportagem do *Washington Post*. Cf. https://www.washingtonpost.com/local/crime/baltimores-transgender-community-mourns-one-of-their-own-slain-by-police/2015/04/03/2f657da4-d88f-11e4-8103-fa84725dbf9d_story.html . Acesso em 12 maio de 2019.

Rapidamente, porém, as autoridades disseram que no SUV roubado estavam dois homens que erroneamente havia pego uma saída restrita e entraram em pânico quando viram a polícia. Os funcionários identificaram-nos pelos seus nomes legais: Ricky Hall, 27, que passou por Mya, e Kevin Fleming, 20, ou Brittany. O trágico momento foi marcado pela confusão das forças policiais, que haviam inicialmente acreditado que os dois indivíduos estavam vestidos com roupas femininas, para em seguida, confirmar que os trajes não eram disfarces. O acontecido intensificou um sentimento frequente de luto nas profissionais do sexo colegas de Mya Hall. Ao *Washington Post*, elas alertavam sobre a frequência em que morriam, jovens e de maneira banal.

Essa condição de morte-em-vida de Mya Hall e diversas outras mulheres trans negras nos leva a tomar o afro-pessimismo como referencial teórico para pensar a temporalidade da morte *queer* e os processos de infra-humanidade que definem a exclusão desses sujeitos. O afro-pessimismo remonta a Assata Shakur, ao Exército de Libertação Negra, a Nat Turner, Dismal Swamp, as Seminole Wars e a toda uma tradição radical negra, especialmente da década de 1970 (AARONS, 2016, p. 3). Partindo do trabalho de Orlando Patterson, um de seus princípios centrais redefine o entendimento da escravidão: não mais vista como uma relação de trabalho (forçado), a escravidão passa a ser pensada como uma relação de propriedade. A objetificação do escravo se deu de tal maneira que eles foram legalmente feitos objeto, ou seja, uma mercadoria a ser usada e trocada. Diferentemente dos demais trabalhadores, não se tratava apenas de mercantilizar sua força de trabalho, mas seu próprio ser. Dessa forma, os escravos não eram reconhecidos como sujeitos sociais, enfrentando, portanto, uma “morte social”, uma exclusão da categoria de “humano” (RACKED & DISPATCHED, 2017, p. 8).

Ainda com Orlando Patterson (2008), o afro-pessimismo argumenta que a morte social teria três elementos definidores: o primeiro deles é a violência gratuita, uma forma de “vulnerabilidade estrutural ou aberta”, ou seja, uma vulnerabilidade que independia de alguma transgressão da lei por parte do escravo. Um outro elemento diz respeito a “alienação natural”, o que equivale a dizer que o mundo não reconhecia as relações filiais dos escravos ao entendimento de família. O terceiro ponto trata-se da “desonra geral”,

ou seja, o escravo era desonrado em seu próprio ser. Viveria uma vida desonrada, antes mesmo de praticar atos desonestos⁹. Entretanto, além dessas condições, o mais importante para nossa leitura da temporalidade da violência contra negros e negras *queer* é como o afro-pessimismo vê a morte social e seus três elementos constituintes enquanto parte de um *continuum* de sujeição da escravidão em que os negros existem. Assim, o “não-evento da emancipação” (HARTMAN, 1997, p. 116) de 1865 é, nos dizeres de Frank B. Wilderson III: “um pontinho na tela. Não é um momento paradigmático, é um momento experiencial, o que equivale a dizer que a tecnologia da escravidão simplesmente se transforma e modela as mudanças – não terminando com isso” (WILDERSON III, 2017, p. 18).

Influenciados pelos escritos de Frantz Fanon, os teóricos afro-pessimistas argumentam que a abjeção racial do escravo foi transferida para uma construção racial “epidérmica” da negritude. Dada a contínua acumulação de morte negra nas mãos da polícia - apesar da crescente visibilidade midiática nos últimos anos - os afro-pessimistas aproximam a vulnerabilidade à violência gratuita de uma pessoa negra na rua à situação dos escravos nas *plantations*. O que Steve Martinot e Jared Sexton descrevem como a “ignorabilidade” da morte negra e a impunidade do assassinato policial de corpos negros fornece o pano de fundo constitutivo para a racionalidade simbólica da democracia branca, e a moeda simbólica do capital social dentro dela (MARTINOT & SEXTON, 2003, p. 172).

O afro-pessimismo parte desse entendimento e ilumina os limites e fracassos dos movimentos dos Direitos Civis e do Black Power, tais como suas ideologias reformistas em relação ao progresso e sua integração desastrosa com a maquinaria burocrática. Se, como mostra o afro-pessimismo, não é possível afirmar a própria negritude sem ao

⁹ No final dos anos 90, Saidiya Hartman, na esteira do trabalho de Hortense Spillers, acrescentou aos critérios de Patterson uma dimensão ontológica: a escrava, Hartman argumenta, é aquela que se vê posicionada em sua própria existência como um não humano - um objeto para um outro, capturada, possuída e negociada. A abjeção ontológica da existência dos escravos não é definida primariamente pela alienação e exploração (um sofrimento devido à perda percebida da humanidade), mas pela acumulação e fungibilidade: a condição de ser possuído e negociado. Cf. HARTMAN, Saidiya. *Scenes of Subjection: Terror, Slavery, and Self-Making in Nineteenth-Century America*. Oxford: Oxford University Press, 1997.

mesmo tempo afirmar a violência anti-negra, então as tentativas de reconhecimento e inclusão na sociedade só resultarão em mais morte social e real. O afro-pessimismo é, entre outras coisas, uma tentativa de formular um relato desse sofrimento, estabelecer as regras de sua *gramática*.

A violência física que *marca* os corpos negros é contínua com relação à escravidão, na medida em que permanece basicamente despótica e gratuita, sem depender de motivo ou justificação legítima, aberta à expressão sem limites e ciente de impunidade institucional, como demonstra o caso de Kayla Moore, uma mulher transgênero negra, morta pela polícia de Berkeley, na Califórnia, em 12 de fevereiro de 2013. Sua colega de quarto havia pedido ajuda às forças de segurança quando Kayla começou uma crise de saúde mental. Ao invés de ser escoltada para um pronto socorro, conforme havia sido solicitado, os policiais tentaram prendê-la seguindo um mandato de um homem 20 anos mais velho, que possuía o mesmo nome que Kayla recebeu quando nasceu. Diversos policiais dominaram Kayla em seu quarto, sufocando-a até a morte no processo. Além disso, atrasaram o monitoramento de seus sinais vitais e proferiram-lhe xingamentos transfóbicos (CRENSHAW & RITCHIE, 2015, p. 15).

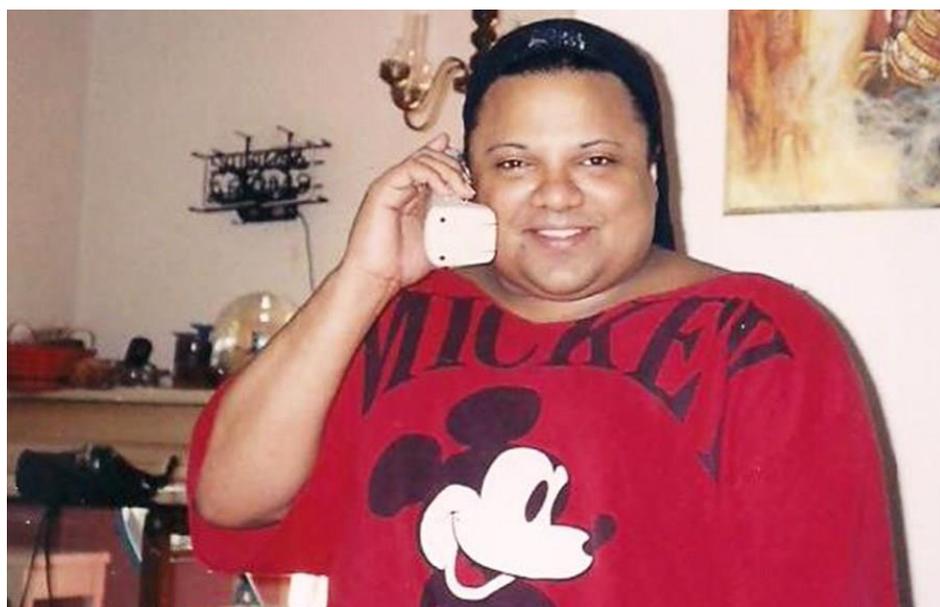


Figura - *SayHerName*: Kayla Moore. Fonte: <https://www.dailycal.org/2014/05/07/leaked-documents-shed-new-light-kayla-moore-death/> Acesso: 13 maio de 2019.

Tal episódio revela como, na falta de recursos adequados de saúde mental para a grande maioria das comunidades negras, os policiais têm atuado como primeiros e únicos “socorristas” das crises de saúde mental vivenciadas por grupos já marcados pela anti-negritude. Um episódio como o de Kayla demonstra como mulheres transgênero negras em uma crise de saúde mental, por mais vulneráveis, frágeis ou em perigo que estejam, são vistas por forças policiais como símbolo de perigo e força “sobre-humana”. O relatório #SAYHERNAME menciona um estudo de 2014 da *Social Psychological and Personality Science*, onde descobriu-se que os brancos eram mais propensos a “implicitamente e explicitamente superhumanizar” os negros. No contexto das interações policiais, esse tropo “sobre-humano” pode levar mulheres negras, especialmente as *queers*, a não receber ajuda em condições adversas, bem como a sofrer em circunstâncias insuportáveis (CRENSHAW & RITCHIE, 2015, p. 16).

Isso nos faz pensar a centralidade do chamado complexo médico-industrial dos Estados Unidos no que Lauren Berlant descreveu como “morte lenta”, especialmente no seu impacto nocivo para negros e negras *queer*. Partindo da análise da obesidade, o problema de saúde mais frequente dos Estados Unidos, Berlant formula uma noção de temporalidade interessante para entender como se dá a “morte lenta”. Afastando-se do evento de trauma ou das catástrofes, “a morte lenta ocupa as temporalidades da endemia” (BERLANT, 2007, p. 758). Ou seja, mulheres trans como Mya Hall vivenciam diariamente:

(...) uma zona de temporalidade que podemos apontar como a da progressividade, da sobrevivência e da vivência onde as desigualdades estruturais estão dispersas, o ritmo de sua experiência intermitente, muitas vezes em fenômenos não propensos a serem capturados por uma consciência organizada por arquivos de impacto memorável (BERLANT, 2007, p. 758-759).

A “morte lenta” de Berlant descreve populações marcadas por desgastes insidiosos e constantes. Uma forma de colocar a vida e a morte em uma zona específica de proximidade e precariedade: “Enquanto a morte é usualmente considerada um evento em contraste com a ‘extensividade’ da vida, neste domínio a morte e a reprodução normal da vida são coextensivas” (BERLANT, 2007, p. 762). A leitura da “morte lenta” de Berlant se

aproxima da forma como a violência anti-negra é entendida pelos teóricos do afro-pessimismo. Contra uma visão de *progresso* que vê os “supostos segredos da supremacia branca” como exposições espetaculares do racismo, como patologia e instrumentalidade, como a atuação excessiva de um “policia trapaceiro” (MARTINOT & SEXTON, 2003, p. 178-179), o pensamento afro-pessimista toma a violência contra Kayla Moore e Mya Hall como algo que não é contingente. Não se trata de uma violência que ocorre entre sujeitos no nível de conflito, mas sim a violência gratuita que ocorre no nível de uma estrutura que constitui o negro como o constitutivo exterior (SHARPE, 2016, p. 35). Como Jasbir Puar observa em *Right to Main*:

Nestas formulações do tempo de vida temporal, a capacidade de habitar o futuro já é um privilégio do poder. Essa capacidade não é simplesmente afetiva ou fenomenológica, mas também estrutural, biopolítica e enredada em economias de risco, cálculo e sobrevivência. O futuro já está aqui, mas está desigualmente distribuído, em partes e pedaços no tempo e no espaço, como extremos e também como banalidades. (...) Além disso, a morte duracional não é algo superada ou resolvida; em vez disso, é constitutivamente e fundacionalmente instalada. O corpo que é visto como consignado à morte é o corpo já debilitado em termos biopolíticos. Esses enquadramentos estão situados em uma relação endêmica e não epidêmica ou excepcional com a debilitação (PUAR, 2017, p. 86).

Essa violência gratuita/endêmica também parte de uma pressuposição em que os negros não seriam capazes de sentir dor, vergonha, medo. Se a negritude é o avesso da Humanidade, contra corpos negros não é necessário sentir pena. A hipotética alegação de força super-humana aos sujeitos *queers* negros, na verdade, é um modo de consigná-los a uma infra-humanidade e indignidade perpétua.

Acumulação, protração do tempo: terror racial e o *Black Lives Matter*

“Como o tempo se desdobra nos confins da morte esperada?”

(Saidiya Hartman – *Dead Book Revisited*)

Esses “longos séculos de violência desregulada” (SPILLERS, 2003, p. 19) fazem com que protestos contra a vulnerabilidade da vida negra colapsem as narrativas do progresso

no tempo historicista. Indo na contramão de uma narrativa baseada na exaltação das conquistas da sociedade civil, o *Black Lives Matter* sugere uma transformação das aspirações possíveis. Isso pressupõe outras formas de imaginar o tempo, de entender a relação entre os tempos presente, passado e futuro que vão além da “flecha do tempo” historicista. Há aqui, aproximando-se do afro-pessimismo de Jared Sexton: “a reeducação de uma cultura política radical negra como um movimento para todas as vidas negras” (SEXTON, 2016, s/p.). Isso tem particular importância para sujeitos sub-representados e igualmente oprimidos como são os *queers* negros.

É importante notar como a democracia americana assenta-se em noções temporais de progresso, paciência e reformismo, uma forma de justificar e apagar a violência constitutiva sob rubricas de igualdade, justiça e liberdade. Isso explica por que, não à toa, surgiram slogans como *#BlueLivesMatter* e *#AllLivesMatter*, ou mesmo acusações de que o *Black Lives Matter* seria um “grupo terrorista” baseado no ódio às forças policiais e dotados de uma radicalidade anacrônica avessa ao progresso coletivo¹⁰. Na medida em que procura privatizar o racismo como resultante de irracionalidade individual, o discurso do Estado cobra paciência e confiança no progresso do tempo. Diante dos casos de violência policial contra negros, a “maior democracia do mundo” reestabelece sua fé nas decisões da justiça e credita o racismo ao passado distante.

Para o *Black Lives Matter*, entretanto, anti-negritude que mata lentamente todos os dias, desfaz o progresso imaginado do tempo, de modo que a passagem do tempo é meramente a modificação e a intensificação de modos mais antigos de sujeição e subjugação. Estar frequentemente espoliado pela supremacia branca e o heteropatriarcado faz com que aqueles que ocupam praças e ruas gritando “*Black Lives Matter*”, de certa forma, não consigam distinguir o passado, o presente e o futuro enquanto espaços temporais distintos. Em outras palavras, o *Black Lives Matter* capta os

¹⁰ *BluesLivesMatter* e *AllLivesMatter* foram hashtags criadas em reação a *#BlackLivesMatter*. A primeira seria em defesa dos policiais (daí por que a menção a cor de suas fardas, azul), enquanto a segunda, seria uma forma de esvaziar a demanda do *Black Lives Matter* numa forma de dizer que “Todas” as vidas importavam, independentemente da cor, algo que, logicamente, não leva em conta a disparidade em que a vida negra está exposta ao dano.

movimentos de acumulação, metamorfose e protração do passado no presente e os mobiliza numa perspectiva ampliada de justiça e liberdade.

De fato, aqueles e aquelas que gritavam “*Black Lives Matter*” viviam uma consciência de si mesmos como se estivessem “na esteira” [*in the wake*] do projeto inacabado de emancipação (SHARPE, 2016). Essa “pós-vida da escravidão [*afterlife of slavery*] - chances de vidas distorcidas, acesso limitado à saúde e educação, morte prematura, encarceramento e empobrecimento” (HARTMAN, 2007, p. 6) - é o que leva o *Black Lives Matter* a ocupar ruas e a incluir corajosamente a vida de *queers* negros no debate proposto.

Diante dessas condições, falar de “pós-vida da escravidão”, “morte lenta” e de “protração do passado no presente” enquanto elementos definidores da experiência *queer* negra também significa contar uma outra história do capitalismo. Em *Espectros do Atlântico: Capital Financeiro, Escravidão e a Filosofia da História*, Ian Baucom defende uma concepção da história que desfaça as noções liberais de progresso, mudança e tempo, mostrando a relação umbilical do capitalismo com a história da escravidão de bens móveis do Atlântico. A teoria da temporalidade e da história de Baucom centra-se no massacre de 132 escravos a bordo do navio negreiro *Zong*, em 1781. Durante três dias, os escravos foram algemados e atirados ao mar para que se pudesse recolher o dinheiro do seguro que selou seu valor mesmo na morte. Baucom, argumenta que esse massacre é o evento paradigmático da modernidade, pois engloba os regimes raciais, financeiros e epistemológicos que não apenas falharam em se dissolver com a passagem do tempo, mas, em vez disso, se intensificaram para que o nosso momento atual seja antecipado e envolvido por esse evento. Para Baucom, portanto: “O tempo não passa, ele se acumula” (BAUCOM, 2005, p. 24). O tempo não desvanece o ocorrido, dissolvendo o terror e a violência no progresso do futuro. Antes, o passado retorna ao presente de maneira dilatada, em protração, de modo que o presente “encontra armazenado e acumulado dentro de si uma matriz não sincrônica de tempos passados” (idem, p. 29). A distinção entre passado, presente e futuro não se trata de uma questão natural, mas envolve uma

postura mais ativa na qual os atores sociais criam e recriam essas distinções temporais em intervenções performativas (LORENZ & BEVERNAGE, 2013, p. 29-30).

O seminal ensaio “*Mama’s Baby, Papa’s Maybe: An American Grammar Book*”, de Hortense Spillers, oferece uma leitura fundamental para entender a política do tempo no afro-pessimismo e as “pós-vidas da escravidão”. Em seus termos:

Embora a carne/corpo em cativeiro tenha sido “liberada” e ninguém precise fingir que nem mesmo as aspas importam, a atividade simbólica dominante, a episteme em vigor que libera a dinâmica da nomeação e valoração, permanece fundamentada nas metáforas originárias do cativeiro e da mutilação, de modo que é como se nem o tempo nem a história, nem a historiografia e seus temas, mostrassem movimento, como o sujeito humano é “assassinado” uma e outra vez pelas paixões de um arcaísmo anônimo e sem sangue, mostrando-se em disfarce sem fim (SPILLERS, 1987, p. 68)

A anti-negritude da escravidão, argumenta Spillers, permanece como uma sentença de morte que epidermicamente *marca* sujeitos tais quais Kayla Moore e Mya Hall. Essas *marcas* produzem, ainda segundo Spillers, “hieróglifos da carne” (idem, p. 67) – aqui é importante notar a distinção entre “corpo” e “carne” como uma diferenciação central entre posições-sujeito cativas e liberadas. Dessa forma, uma história marcada por violência, trauma e terror altera concepções normativas de temporalidade. Em outras palavras, a anti-negritude é uma força no nível da episteme e do corpo, mas também uma intensidade temporal que estrutura a subjetividade e as chances de vida.

O *Black Lives Matter* e um suplemento como a *#SAYHERNAME* lutam contra uma noção de história como progresso e, em seu lugar, trabalham uma leitura do tempo muito próxima do afro-pessimismo: o tempo se acumula, os hieróglifos da carne *marcam* em “morte lenta” homens e mulheres negras *queer*, sem necessariamente precisar de exibições espetaculares de terror. Ocupar as ruas, exigir justiça, enlutar-se quando o luto é desdenhado em nome de uma suposta democracia, é uma forma de despertar a América de seu sono tranquilo e revelar o rastro do navio negreiro em nosso presente *colorblindness*. *Black Lives Matter* e o *#SAYHERNAME* demonstram como a ideologia pós-racial, a nostalgia idealista da supremacia branca de Trump ou a fé homonacionalista

no progresso *queer* são símbolos de uma política do tempo sustentada pela indiferença à acumulação de morte negra, ainda mais se quando se trata de negros e negras *queer*.

Essa visão pessimista do mundo é marcada por uma sensação de cansaço, raiva e urgência. Para o *Black Lives Matter* e o *#SAYHERNAME*, o futuro e o presente parecem se chocar, pois a violência estatal é da ordem da protração, intensificação e acumulação: “O passado - ou, mais preciso, a preteridade (*pastness*) - é uma posição. Portanto, de forma alguma podemos identificar o passado como passado” (TROUILLOT, 2016, p. 55). Em resumo, O *Black Lives Matter* e o *#SAYHERNAME* parece entender o que está por vir como algo que já ocorreu várias vezes. O passado, nesse sentido, é muito mais um alerta, do que algo enterrado e distante.

Alerta

O *Black Lives Matter* e o *#SayHerName* conseguiram chamar atenção para um elemento chave do ativismo norte americano atual: um determinado silêncio das principais organizações *queer* sobre o encarceramento em massa de corpos negros, sobre a morte de homens e mulheres negros *queer*. Jared Sexton explica por que essa falta de atenção à negritude acabará levando ao fracasso:

A tentativa de defender os direitos e as liberdades das últimas vítimas da repressão estatal não conseguirá ganhos substanciais, na medida em que perderá ou marginalizará o destino dos negros, os alvos prototípicos da panóplia de práticas policiais e a infra-estrutura jurídica construída ao redor deles. Sem negros a bordo, a única opção política viável e a única defesa eficaz contra a intensificação do fogo cruzado envolverá maior aliança com uma sociedade civil anti-negra e mais capitulação à ampliação do poder estatal. (SEXTON, 2010, p. 48).

As principais organizações ativistas não podem ignorar a anti-negritude se realmente aspiram uma mudança radical na sociedade. Alicia Garza argumenta que um dos objetivos do *Black Lives Matter* no combate à violência policial deve ser ampliar o enfoque reclamativo interseccional para abordar as experiências de todos os negros. Afirmar que as vidas de mulheres e homens negros *queers* marginalizados importa é essencial na tentativa de trazer à tona uma imagem mais efetiva das opressões estruturais.

(GARZA, 2014, s/p). Pois, quando negros e negras *queers* são subtraídos da memória dos mais distintos ativismos, quando há uma apropriação indevida do trabalho de mulheres negras *queer* (como ocorreu, em certa medida, no desenvolvimento do *Black Lives Matter*), o resultado é, justamente, uma política do tempo em que a nação aparece plenamente como a terra do *progresso*.

Através da leitura afro-pessimista da temporalidade, da noção de *marca e carne* de Hortense Spillers, da *acumulação temporal* de Ian Baucom, podemos pensar uma forma distinta de futuro, não mais visto como o ponto final da estrada percorrida pelo progresso, um futuro visto como resultado derradeiro da passagem do tempo, como a conquista última do processo de evolução (meritocrático por excelência, vale salientar). Se o passado não passa, mas continua em protração no presente, o futuro não consegue desvencilhar-se das marcas do passado. Por esse motivo é tão relevante ao *Black Lives Matter* e ao *#SAYHERNAME* engajar a *queerness* como uma força que distorce e mina as lógicas normativas da sequencialidade. Estar alerta de que a protração do passado no presente também ameaça o futuro, é uma interpelação política do tempo fundamental.

Referências

AARONS, K. *No Selves to Abolish: Afropessimism, Anti-Politics & The End of the World*. Berlin & Chicago: Will Editions.

ALEXANDER, Michelle. *A Nova Segregação: racismo e encarceramento em massa*. São Paulo: Boitempo, 2017.

BAUCOM, Ian. *Spectres of the Atlantic: Finance Capital, Slavery, and the Philosophy of History*. Durham, NC: Duke University Press, 2005.

BERLANT, Lauren. Slow Death (Sovereignty, Obesity, Lateral Agency), *Critical Inquiry* vol. 23, p. 754-780, 2007.

BEVERNAGE, Berber, LORENZ, Chris. Breaking up Time. Negotiating the Borders between Present, Past and Future. *Storia della Storiografia*, vol. 63. n. 1, 2013.

CRENSHAW, Kimberlé & RITCHIE, Andrea. *Say Her Name: Resisting Policie Brutality Against Black Women*. African AM. Policy Forum, 2014. http://static1.squarespace.com/static/53f20d90e4b0b80451158d8c/t/560c068ee4b0af26f72741df/1443628686535/AAPF_SMN_Brief_Full_singles-min.pdf.

DUGGAN, Lisa. *The Twilight of Economy: Neoliberalism, Cultural Politics, and the Attack on Democracy*. Boston: Beacon Press, 2003.

ENG, David L. *The Feeling of Kinship: Queer Liberalism and the Racialization of Intimacy*. Durham and London: Duke University Press, 2010.

GARZA, Alicia. A Herstory of the #BlackLivesMatter Movement. *The Feminist Wire*. Web. 27 Aug 2016. <http://www.thefeministwire.com/2014/10/blacklivesmatter-2/>

HANHARDT, Christina B. *Safe Space: Gay Neighborhood History and the Politics of Violence*. Durham: Duke University Press, 2013. Print.

HARTMAN, Saidiya, *Lose your mother: a journey along the atlantic slave route*. New York: Farrar, Straus & Giroux, 2007.

_____. *Scenes of Subjection: Terror, Slavery, and Self-Making in Nineteenth-Century America*. Oxford: Oxford University Press, 1997.

_____. The Dead Book Revisited, *History of the Present* 6.2 (2016): 208-15.

KIESLING, Elena. The Missing Colors of the Rainbow: Black Queer Resistance, *European journal of American studies*, vol. 11, n. 3, p. 1-22, 2017.

MARTINOT, Steve & SEXTON, Jared. The Avant-gard of White Supremacy, *Social Identities* vol. 9, no. 2, p. 169-81, 2003.

Oxford: Oxford University Press, 1997.

PATTERSON, Orlando. *Escravidão e Morte Social: um Estudo Comparativo*. São Paulo, Edusp, 2008.

PUAR, Jasbir K. Homonacionalismo como mosaico: viagens virais, sexualidades afetivas. *Revista Lusófona de Estudos Culturais*, vol. 3, n. 1, Aveiro, p.297-318, 2015.

_____. *The Right to Maim: Debility, Capacity, Disability*. Duke University Press, 2017.

RACKED & DISPATCHED. *Afro-pessimism: an introduction*. Minneapolis, Publicado em setembro de 2017.

SEXTON, Jared. People-of-Color-Blindness: Notes on the Afterlive of Slavery. *Social Text*, vol. 28, n. 2, p. 31-56, (Summer 2010).

_____. Afro-Pessimism: The Unclear Word, *Rhizomes* vol. 29, 2016.

SHARPE, Christina. *In the Wake: On Blackness and Being*. Durham, NC: Duke University Press, 2016.

SPILLERS, Hortense J. Mama's Baby, Papa's Maybe: An American Grammar Book. *Diacritics*, vol. 17, n. 2, p. 64-81, 1987.

_____. *Black, White and In Color: Essays on American Literature and Culture*. Chicago: University of Chicago Press, 2003.

TAYLOR, Keeanga-Yamahtta Taylor. *From #BlackLivesMatter to Black Liberation*. Chicago: Haymaker Books, 2016.

TROUILLOT, Michel-Rolph. *Silenciando o passado: o poder e a produção da história*. Curitiba: huya, 2016.

WILDERSON III, Frank B. Blacks and the Master/Slave Relation. In: RACKED & DISPATCHED. *Afro-pessimism: an introduction*. Minneapolis, 2017. p. 15-31.